

Cotação

- Dólar: R\$ 5,06
- Euro: R\$ 5,85



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Quarta-feira • 17 de Junho de 2026

CLIPPING

Efemérides

| Hoje | 18 de Junho |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca• Dia do Funcionário Público Aposentado | <ul style="list-style-type: none">• Dia do Químico• Imigração Japonesa |

Agenda do dia

| Hoje | 18 de Junho |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Sem agenda | <ul style="list-style-type: none">• Sem agenda |

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Jornal Atos • Jornal Expressão Caiçara • Denuncie Aqui • Fala Caragua • Diário Caiçara • Tamoios News • Ubatuba Times • Jornal Leia • Radar Litoral • Studio Web Radio do Miau • Notícias das Praias • TV Thati • Rock News Litoral • Vale 360 News • Band Vale • O Vale • Link Vanguarda • Jornal Vanguarda • Bom Dia Vanguarda

Índice

| | |
|--|-----------|
| Política..... | 3 |
| Folha de São Paulo..... | 4 |
| Folha de São Paulo..... | 5 |
| Folha de São Paulo..... | 6 |
| O Estado de São Paulo..... | 7 |
| O Estado de São Paulo..... | 8 |
| Jornal Atos..... | 9 |
| Jornal Atos..... | 10 |
| Jornal Expressão Caiçara..... | 11 |
| Jornal Expressão Caiçara..... | 12 |
| Jornal Expressão Caiçara..... | 13 |
| Após polêmica da taxa do lixo, câmara volta a se reunir nesta terça-feira em Caraguá. | 14 |
| Câmara aprova projetos e encaminha 20 requerimentos durante 20ª sessão ordinária.. | 15 |
| Cotidiano..... | 16 |
| Operação Inverno 2026: Caraguatatuba reforça atendimento à população em situação de rua..... | 16 |
| Fiscalização ambiental registra 27 ocorrências na primeira quinzena de junho em Caraguatatuba..... | 17 |
| Caraguá abre inscrições para curso gratuito de salgados..... | 18 |
| Caraguatatuba divulga resultado preliminar da eleição para Conselhos Gestores de 26 unidades de saúde..... | 19 |
| Caraguatatuba entra na reta final das pré-conferências de Saúde..... | 20 |
| Geral..... | 21 |
| Polícia Ambiental apreende arma e destrói estrutura utilizada para caça ilegal em Caraguatatuba..... | 21 |
| Homem é preso após agredir a própria mãe com barra de ferro em Caraguatatuba..... | 22 |
| Acidente deixa uma pessoa ferida na Rodovia dos Tamoios..... | 23 |
| Esporte e Turismo..... | 24 |
| Inscrições abertas para a 1ª Corrida do Corpo de Bombeiros do Litoral Norte..... | 24 |
| 🍷🍷 Caraguatatuba se prepara para quatro dias de música, gastronomia e vinhos no maior festival de inverno da região..... | 25 |
| Equipes de basquete de Caraguatatuba conquistam importantes resultados em competições estaduais..... | 26 |
| Reportagem de Hoje..... | 26 |
| Reportagem no Bom Dia Vanguarda..... | 27 |
| Reportagens Passadas..... | 28 |
| Reportagem no programa Link Vanguarda..... | 28 |
| Reportagem no programa Jornal Vanguarda..... | 29 |
| Reportagem na TV Câmara..... | 30 |
| Reportagem na TV Câmara..... | 31 |
| Reportagem na TV Câmara..... | 32 |
| Clipping Eletrônico..... | 33 |
| Entrevista com o Presidente da Fundacc, Adba Cuba, para a TV Câmara..... | 33 |

Política

Folha de São Paulo



O ministro Alexandre de Moraes, do STF, participa de julgamento de Eduardo Bolsonaro. Pedro Ladeira/Folhapress

Supremo condena Eduardo Bolsonaro a 4 anos e 2 meses de prisão por atuação nos EUA

Primeira Turma define punição em regime semiaberto pelo crime de coação no curso do processo; ex-deputado fica inelegível por 8 anos

Isadora Albernaz

BRASÍLIA A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) condenou nesta terça-feira (16), por unanimidade, o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) a quatro anos e dois meses de prisão em regime inicialmente semiaberto pelo crime de coação no curso do processo por sua atuação nos EUA para intimidar o Judiciário brasileiro e impedir a análise da trama golpista.

Com a condenação, o ex-parlamentar fica impedido de disputar eleições por até oito anos. Ele também deverá pagar multa equivalente a cerca de R\$ 150 mil e perde o cargo de escrivão da Polícia Federal, do qual está afastado. Cabe recurso contra a decisão.

Em nota, Eduardo, que mora nos EUA desde fevereiro de 2025, criticou o ministro Alexandre de Moraes, do STF, afirmou que seu endereço no país é conhecido e defendeu que deveria ter sido notificado por carta rogatória. O mesmo argumento foi usado pela DPU (Defensoria Pública da União) para tentar anular o caso.

Relator, Moraes foi o primeiro a se manifestar e disse, durante seu voto, que "não é função de deputado federal brasileiro fazer lobby no exterior contra o próprio país". Ele foi acompanhado pelos ministros Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Flávio Dino.

Moraes afirmou que a "desinformação" levada por Eduardo e pelo jornalista Paulo Figueiredo ao governo de Donald Trump, que resultou na aplicação de tarifas contra produtos brasileiros, prejudicou todo o Brasil com o intuito de beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mas "não

amedrontou essa corte".

Paulo Figueiredo, que também é réu na trama golpista, foi denunciado junto com o filho de Bolsonaro. O processo, no entanto, foi desmembrado. Moraes determinou que Eduardo fosse intimado por edital, sob alegação de que ele dificultava o andamento do processo, enquanto a orientação para Figueiredo, que mora nos EUA há mais de dez anos, foi de notificação pessoal, por meio de cooperação jurídica.

Ao iniciar seu voto, Moraes rejeitou todas as preliminares apresentadas para tornar nula a ação contra Eduardo. Rebateu, inclusive, a crítica à forma de notificação, alegando que o ex-deputado não mudou seu endereço e defendendo a notificação por edital.

"Até hoje em momento algum nem o próprio réu em qualquer lugar disse que mudou seu domicílio. Ele só disse que não volta para o Brasil por medo de responder pelos crimes que praticou. Pode o réu, qualquer réu, se beneficiar da própria torpeza?"

A DPU defendeu que o ministro fosse declarado impedido e não participasse do julgamento.

Em sustentação oral, o defensor público federal Antonio Ezequiel Inácio Barbosa, que representou Eduardo, afirmou que a denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República) aponta que Moraes seria um dos alvos das ações atribuídas ao ex-parlamentar e, por isso, ele não poderia julgar o caso.

"Aqui, há uma vítima direta, determinada, indicada, com nome, sobrenome e CPE. Tem inclusive um tópico [na denúncia] sobre as sanções que, segundo o Ministério Público, foram postuladas

pelo acusado direcionadas ao ministro Alexandre de Moraes", disse Barbosa. "Se há uma suspeição ou impedimento, todas as demais garantias caem por terra."

Moraes, no entanto, defendeu que, no crime de coação no curso do processo, a vítima seria a própria administração da justiça e que, portanto, "não há confusão entre vítima e julgador".

O ministro também exibiu uma linha do tempo da atuação do ex-deputado nos EUA, com vídeos e declarações em que ele e Figueiredo detalham reuniões com integrantes do governo americano e defendem sanções contra autoridades brasileiras.

Moraes afirmou que se tratou de uma "tentativa ostensiva de coagir" o Supremo. "Processo penal não é palhaçada. Aplicação da justiça não é palhaçada. As normas existem para garantir o contraditório, a ampla defesa dentro da paridade de armas, não para que fraudes e crimes praticados para outros crimes continuem se perpetuando", disse.

Já Dino afirmou que a tentativa de descrédito do Judiciário brasileiro opera "em uma intensidade incomparável". "Poucos países do mundo têm hoje a intensidade, a repetição da agressividade a sua corte suprema como acontece no Brasil", disse.

A condenação de Eduardo ainda é passível de recurso no próprio STF. A partir da publicação do acórdão, a defesa pode entrar com embargos de declaração (que visa esclarecer alguma obscuridade na sentença).

Como Eduardo está nos EUA, o governo brasileiro pode pedir que ele seja incluído na lista de procurados da Interpol.

Folha de São Paulo

Polícia apreende arma de Bolsonaro com militar no DF, e Moraes pede explicações

Pistola foi recolhida em blitz com membro da equipe de segurança de ex-presidente; episódio pode afetar renovação da prisão domiciliar



Jair Bolsonaro (à dir.) ao chegar em casa para cumprir prisão domiciliar, em Brasília. Gabriela Ribó - 27.mar.26/Folhapress

BRASÍLIA E SÃO PAULO Uma arma de Jair Bolsonaro (PL) foi apreendida na segunda-feira (15) durante blitz da PM do Distrito Federal, levando o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), a cobrar explicações do ex-presidente, que está em prisão domiciliar.

A pistola Glock, calibre de 9 milímetros, e um carregador estavam com um militar identificado como Estácio Leite da Silva Filho, que teria se apresentado como integrante do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) da Presidência da República.

Estácio faz parte da equipe de segurança de Bolsonaro, conforme registro feito junto ao STF, foi encaminhado para uma delegacia e afirmou que levava a arma para reparos e que pretendia devolvê-la nesta terça-feira (16).

A informação foi divulgada inicialmente pelo site Metrópoles e confirmada pela Folha. Procurada, a defesa de Bolsonaro não se manifestou. Estácio foi procurado pela reportagem por mensagem, mas não respondeu.

O GSI afirma que o militar nunca trabalhou no órgão durante o governo Lula (PT). Diz que não é responsável pela segurança de ex-presidentes da República, o que inclui Bolsonaro, e que os servidores à disposição dos ex-mandatários são escolhidos por eles.

O fim do período da prisão domiciliar de Bolsonaro, concedida por razões de saúde, está previsto para o dia 25 e, até lá, Moraes deve decidir se ela será prorrogada ou se ele voltará ao regime fechado.

Moraes deu 24 horas para que a defesa de Bolsonaro explique por que ele mantinha uma arma em casa e a razão do pedido de reparo no equipamento. Ele afirma na decisão que a propriedade de

Bolsonaro foi confirmada após consulta a sistema do Exército.

O ministro do STF ordenou ainda que o batalhão da PM responsável pelas medidas de segurança da domiciliar de Bolsonaro esclarecesse se estão sendo cumpridos os procedimentos de revista nos carros que saem do condomínio do ex-presidente.

Condenado por tentativa de golpe de Estado, Bolsonaro está em prisão domiciliar desde 27 de março, após ficar internado por duas semanas em um hospital de Brasília, com broncopneumonia.

Ao narrar a abordagem na blitz, o policial militar Davi Evangelista Alves afirmou que a pistola estava no assoalho do carro — um veículo oficial da Presidência — e que "o motorista, de forma repentina, fechou o vidro".

Estácio também teria dito inicialmente que a arma "constava em sua funcional", mas o policial afirmou que na documentação dele não havia esse registro.

No depoimento anexado ao processo que trata do cumprimento da pena do ex-presidente, o militar afirma que "informou imediatamente" que a arma pertencia a Bolsonaro e que a pistola lhe foi entregue "em razão da constatação de uma pane, a qual, segundo informa, aparentava ser de fácil solução".

Em nota, a PM-DF disse que, durante a ocorrência, "o abordado informou não possuir a documentação da segunda arma e declarou que o armamento pertenceria a terceiro".

O episódio reduz as chances de que a prisão domiciliar de Bolsonaro seja prorrogada por Moraes.

O magistrado vinha cogitando a hipótese de renová-la por mais 90 dias, por considerar que a custódia estava sendo cumprida sem

intercorrências, mesmo em meio ao avanço das articulações para a campanha eleitoral.

Moraes determinou aos advogados que esclareçam "por que, às vésperas do encerramento do período de 90 dias concedido a título de prisão domiciliar humanitária, o condenado solicitou a realização de reparo no armamento". Segundo um interlocutor do ministro, a menção explícita ao fim do prazo é um mau sinal para Bolsonaro.

O relatório médico mais recente, enviado ao STF na sexta-feira (12), aponta que Bolsonaro segue tendo crises de soluço, com uma "piora considerável" observada entre os dias 9 e 10 de junho.

Em relação à posse de arma, a advogada Pamela Villar, especialista em direito penal e criminologia, afirma que não há previsão legal que impeça automaticamente um condenado de manter uma arma com registro em sua residência durante o cumprimento de prisão domiciliar. Segundo ela, eventual proibição precisa ser determinada expressamente pelo magistrado ao decretar a medida.

Para o advogado Francisco Irapuan Camurça, membro do Tribunal de Ética da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) do Ceará, a situação merece atenção porque Bolsonaro já foi condenado com trânsito em julgado. "Quem é condenado com trânsito em julgado perde o porte de arma, caso o tivesse anteriormente", afirma.

Camurça afirma, porém, que porte e registro são institutos distintos. "O porte de arma permite, em tese, andar com arma. O registro de arma somente permite tê-la em casa", diz. José Marques, Luísa Martins, Thaís Oliveira e Carolina Faria

Folha de São Paulo

Lula, que critica Flávio, já classificou ações de facções como terrorismo

Presidência afirma que não houve mudança de entendimento do petista sobre o tema em relação a declaração em janeiro de 2007

Bruno Ribeiro

SÃO PAULO Embora tenha criticado a decisão do governo dos Estados Unidos de classificar formalmente as facções criminosas brasileiras como terroristas e usado a medida para atacar o adversário Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o presidente Lula (PT) já recorreu à retórica de defender que ações do CV (Comando Vermelho) fossem tratadas como atos de terrorismo e combatidas como tal.

A defesa foi feita em discurso no Palácio do Planalto, no dia da posse de seu segundo mandato, em 1º de janeiro de 2007.

"Essa barbaridade que aconteceu no Rio de Janeiro não pode ser tratada como crime comum. Isso é terrorismo e tem que ser combatido com uma política forte e com uma mão forte do Estado brasileiro", disse. "O que aconteceu no Rio de Janeiro foi uma prática terrorista das mais violentas que eu tenho visto neste país e, como tal, tem que ser combatida."

A declaração foi uma resposta a episódio de violência ocorrido nos últimos dias de 2006, que deixou 18 mortos (9 civis, 2 policiais e 7 suspeitos, segundo o balanço da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro).

Na época, cartazes deixados pelos criminosos atribuíam a ofensiva a uma reação do CV ao "Comando Azul", conjunto de milícias com participação de policiais que disputava territórios com os traficantes. A versão oficial da Secretaria de Segurança, no entanto, apontava que as ordens partiram de líderes presos.

A equiparação das facções criminosas a organizações terroristas é uma bandeira da pré-campanha de Flávio e foi um pedido que o senador afirma ter feito diretamente a Donald Trump, em maio, durante visita à Casa Branca.

O pré-candidato do PL diz que as facções operam um poder paralelo e que o país não pode abrir mão da ajuda americana para enfrentá-las. Especialistas em segurança pública, contudo, avaliam que a nova classificação pode prejudicar o combate ao tráfico de drogas no Brasil.

Em comunicado do Departamento de Estado, o secretário de Estado, Marco Rubio, afirmou que CV e PCC (Primeiro Comando da Capital) "comandam milhares de membros e orquestraram ataques brutais contra policiais, funcionários públicos e civis brasileiros" e que "sua influência e

redes ilícitas se estendem muito além das fronteiras do Brasil".

No entorno de Lula, a decisão foi interpretada como uma tentativa do governo americano de interferir nas eleições brasileiras a favor da oposição bolsonarista.

Em nota oficial, a Presidência não citou nomes, mas falou em "traidores" e "falsos patriotas" — referência interpretada como dirigida à família Bolsonaro. Em discurso no mesmo dia, Lula chamou Flávio de traidor.

No episódio do final de 2006, cabines da Polícia Militar e ônibus de linha foram atingidos. No caso mais grave, um ônibus interestadual com 28 passageiros, que havia saído de Cachoeiro de Itapemirim (ES) com destino a São Paulo, foi interceptado por criminosos ao passar pelo Rio e incendiado. Sete passageiros, sentados ao fundo do veículo, não conseguiram escapar e morreram carbonizados.

Apesar da fala de Lula, o caso não teve tratamento jurídico diferenciado. Marcelo Ricardo Pereira, acusado de chefiar o tráfico de drogas no Morro do Tuiuti, na zona norte do Rio, foi apontado como mandante do ataque e preso por porte ilegal de armas em 2010, mas não chegou a ser denunciado pelo episódio.

Preso novamente em 2017 e condenado por tráfico, ele fugiu em maio de 2024, quando cumpria pena em regime semiaberto, e foi recapturado em janeiro de 2025. A reportagem não conseguiu localizar sua defesa.

A Secretaria de Comunicação da Presidência afirmou em nota enviada à reportagem que não houve mudança de entendimento de Lula sobre o tema.

"O terror causado por essas organizações em comunidades busca obter lucro através do crime, especialmente pelo tráfico de drogas e armas, e não pode ser confundido com o tipo de ação por motivos ideológicos, políticos e religiosos do terrorismo internacional", disse a nota, afirmando ainda que o governo "não aceitará o uso de medidas arbitrárias vindas do estrangeiro como pretexto para atacar a soberania e a economia nacional".

O texto citou ainda a aprovação recente da Lei Antifacções. "O governo do Brasil conduz o programa 'Brasil contra o Crime Organizado', que combate as facções e milícias desde o seu braço armado nas esquinas até o seu andar de cima", afirma o texto.

O Estado de São Paulo

Supremo Tribunal Federal

STF condena Eduardo Bolsonaro a 4 anos de prisão por coação

Pena inclui ainda inelegibilidade por oito anos e multa de R\$ 165 mil; deputado cassado vê julgamento 'sem pé nem cabeça'

CAROLINA BRIGIDO
BRASILIA
FELIPE DE PAULA
FAUSTO MACEDO
SAO PAULO

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou ontem, por unanimidade, o deputado federal cassado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) a quatro anos e dois meses de prisão, em regime semiaberto, e multa de R\$ 165 mil por coação no curso do processo da trama golpista. O caso levou à condenação de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a 27 anos e três meses de prisão.

Os ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Flávio Dino também decretaram a inelegibilidade de Eduardo por oito anos, além da perda do mandato, embora ele já tivesse sido cassado pela Câmara dos Deputados em dezembro de 2025.

Eduardo pode recorrer. Em nota, ele afirmou que qualquer sentença sem respeito ao devido processo legal é nula. "O real objetivo deste julgamento sem pé nem cabeça é apenas

"O então deputado licenciado Eduardo Bolsonaro prejudicou todo o País e não amedrontou esta Corte"

Alexandre de Moraes
Ministro do Supremo

um: tirar meu nome das eleições", disse. "Até hoje não fui citado na forma da lei. Sigo aguardando notificação regular, por carta rogatória, em local certo e sabido. Resido nos Estados Unidos em endereço que a imprensa brasileira fez questão de localizar." Segundo o ex-deputado, Moraes "é vítima e juiz do mesmo caso, e é por isso que o Brasil passa vergonha internacional".

Morando nos Estados Unidos desde março do ano passado, Eduardo foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em setembro, sob a acusação de tentar constringir ministros do Supremo e influenciar o andamento do julgamento da trama de golpe na Corte. Segundo a PGR, ele articulou, entre autoridades americanas, uma série de medidas para pressionar integrantes do STF, enquanto o processo contra os acusados de tentativa de golpe de Estado estava em curso.

CRIMES. Relator, Moraes afirmou que "não é função de deputado fazer lobby contra o próprio país". O ministro também rejeitou o argumento da defesa de que Eduardo não poderia responder ao processo por estar nos Estados Unidos. "O réu pode ficar foragido, pode reiterar seus crimes pelas redes sociais e não pode ser processado? O então deputado licenciado Eduardo Bolsonaro prejudicou todo o País e não amedrontou esta Corte, como jamais amedrontaria o Supremo Tribunal Federal."

Zanin rejeitou as preliminares da defesa. Para o ministro, "a citação por edital foi válida" e não havia motivo para suspender o processo. Ele disse que Eduardo tinha conhecimento da investigação e que



'Objetivo é apenas tirar meu nome das eleições', afirmou Eduardo

Polícia apreende arma de Bolsonaro; Moraes cobra explicações

A Polícia Civil do Distrito Federal apreendeu, ontem, uma arma de fogo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que está em prisão domiciliar. A apreensão ocorreu durante blitz de trânsito em Taguatinga, em Brasília. O motorista do veículo abordado, sargento Estácio Leite da Silva Filho, se identificou como integrante da equipe de segurança de Bolsonaro e afirmou que levaria o equipamento para "reparos".

Após a comunicação do fato ao Supremo Tribunal

foi garantido o direito de defesa, já que foi nomeada a Defensoria Pública da União (DPU) para atuar no caso.

Em sua manifestação, Cármen Lúcia declarou que o Brasil "tem juizes e tem tribunais que têm a coragem necessária para

Federal (STF), o ministro Alexandre de Moraes cobrou esclarecimentos da defesa do ex-presidente e da equipe responsável pelas revistas de acesso à residência de Bolsonaro. Moraes determinou que sejam explicados "a razão pela qual o condenado mantinha uma arma de fogo em casa" e o motivo de o ex-presidente ter solicitado reparos na arma "às vésperas do encerramento" do prazo da prisão domiciliar.

O sargento dirigia um veículo oficial da Presidência. Primeiro, ele afirmou que a arma estava registrada no nome dele, mas depois disse que a pistola pertencia a Bolsonaro. ● JULIANO GALINI

cumprir suas obrigações constitucionais, que é exatamente a de julgar e não se deixar vergar por nenhum tipo de ameaça ou coação que se imponha ou que surja em relação a eles". Dino, ao rejeitar a preliminar da Defensoria de que Moraes não po-

deria participar do julgamento por ser uma das autoridades citadas nas sanções dos EUA, afirmou que "ninguém consegue apontar, em relação a este feito, qual o interesse direto do ministro Alexandre ou de qualquer outro julgador" na ação penal.

PRÓXIMOS PASSOS. Eduardo deve seguir em liberdade até o julgamento dos recursos aos quais tem direito. A eventual execução da pena só ocorrerá após o esgotamento das possibilidades de recurso e o trânsito em julgado. Em caso de ordem de prisão, o processo terá encaminhamento diferenciado e poderá haver pedido de extradição do ex-parlamentar para o cumprimento da pena.

A denúncia da PGR foi dividida em três frentes, que, segundo a acusação, integraram uma estratégia de pressão: a articulação para suspensão de vistos de integrantes da Corte pelos EUA, a defesa da aplicação da Lei Magnitsky contra Moraes e o apoio a medidas tarifárias contra o Brasil. Segundo a PGR, Eduardo fez "sucessivas ameaças contra ministros" e buscou impor "graves ameaças" para interferir no julgamento da ação do golpe.

DEFESA. O defensor público Esdras dos Santos Carvalho, que representou Eduardo no julgamento, alegou que Moraes não poderia participar do julgamento por ter sido uma das autoridades atingidas pelas sanções impostas pelos EUA. A defesa também sustentou que o ex-deputado deveria ter sido citado por carta rogatória, mecanismo de cooperação jurídica internacional, e não por edital. "Estar no estrangeiro não significa que está se esquivando", disse o defensor.

No mérito, a Defensoria argumentou que críticas a decisões judiciais e posicionamentos de magistrados fazem parte do debate público e não podem ser confundidas com coação. Eduardo não indicou advogado e, por isso, foi representado pela Defensoria Pública da União no julgamento. ●

O Estado de São Paulo

Eleições 2026

Disputas de poder e 'fogo amigo' no PT marcam pré-campanha de Lula

Há críticas por atraso na definição da equipe jurídica, alfinetadas na direção de Boulos e cotoveladas por causa da comunicação

VERA ROSA
BRASILIA

Disputas de poder e "fogo amigo" no governo e no PT marcam a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição. Nos bastidores, há preocupação com o atraso na montagem da equipe jurídica de Lula e cotoveladas entre aliados do ministro da Comunicação Social, Sidônio Palmeira, e o grupo que deseja usar as redes sociais do candidato para imprimir um estilo mais agressivo na campanha.

O racha na corrente de Lula, a Construindo um Novo Brasil (CNB), não é de hoje, mas assumiu contornos mais evidentes agora. Há críticas ao que uma ala do PT chama de estilo centralizador do presidente do partido, Edinho Silva – apelidado de "Eudinho" –, e até ao ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, visto por alguns como "muito radical".

Para esse grupo, se o presidente quer se aproximar do espectro de centro, Boulos não pode ser o mandachuva da es-



Aliados do presidente Lula demonstram preocupação com atrasos

tratégia digital "Porta-Vozes do Lula". O ministro não quis se manifestar sobre as críticas.

Uma ala também bate na tecla de que a campanha precisa divulgar mais as realizações do governo e comparar a atual gestão com a do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Outra sustenta que essa estratégia não basta nas plataformas digitais.

BATALHA. O argumento é de que os tempos, hoje, não estão mais para as "caravanas" de Lula. Estão, sim, para uma batalha campal que tem no radar a ameaça de delação do dono do

Banco Master, Daniel Vercaro, atingindo todos os lados, e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, como "biruta de aeroporto".

Petistas observam que, em época de avanço de fake news e inteligência artificial, o que vale é a rapidez na ofensiva contra o principal adversário – no caso, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) – e também na distribuição das respostas aos ataques. Mas, até agora, a única concordância entre os dois grupos é que as investidas mais duras devem ser "terceirizadas", e não feitas pelo presidente.

Indicado por Sidônio, o publicitário Raul Rabelo será responsável pelos programas de rádio e TV da campanha. Rabelo também atuou ao lado de Sidônio na propaganda de Lula em 2022. Nenhum dos dois gostou, porém, do modelo de comunicação planejado pelo PT. Por esse desenho, os perfis de Lula nas redes sociais serão administrados durante a campanha pelo fotógrafo oficial da Presidência, Ricardo Stuckert, hoje apelidado de "ministro do audiovisual", e pela jornalista Nicole Briones, que trabalha no partido e já cuida dessas plataformas.

Conhecido como "Stuquinha", o fotógrafo oficial de Lula está de saída do governo para mergulhar no universo da disputa eleitoral. Sidônio, por enquanto, fica no Palácio do Planalto. Mas ele quer que o seu time, e não o de "Stuquinha", tenha o controle de todas as redes de Lula na campanha.

TRIBUNAIS. A outra queda de braço chega até os tribunais. Lula convidou o advogado Marco Aurélio de Carvalho, coordenador do Prerrogativas, para comandar a área jurídica de sua campanha. Até agora, no entanto, o convite está no ar. Edinho quer o advogado do partido, Ângelo Ferraro, cuidando do contencioso eleitoral. Os criminalistas Pierpaolo Bottini e Fernando Neisser, por sua vez, também foram consultados para integrar a equipe.

A preocupação dos petistas que criticam o estilo de Edinho é com o time jurídico da campanha de Flávio. O senador escolheu a ex-ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Maria Claudia Bucchianeri para comandar sua equipe de advogados, que também será composta por Tracy Reinaldet, especializado em Direito Penal Eleitoral. Bucchianeri já defen-

deu Lula e, no passado, chegou a integrar as fileiras do Prerrogativas, grupo ligado ao PT.

Cálculos feitos pelo próprio partido projetam um número infinitamente maior de ações neste ano do que na disputa de 2022. Embora a campanha não tenha começado oficialmente, o TSE já recebeu, até o momento, 30% do volume geral das ações que foram apresentadas nas eleições de quatro anos atrás.

"É uma honra e uma alegria para mim o convite que recebi do presidente Lula e também do meu amigo Fernando Haddad (candidato do PT ao governo de São Paulo) e a definição de onde vou atuar deverá ser tomada nos próximos dias"

Marco Aurélio de Carvalho
Coordenador do Prerrogativas

"É uma honra e uma alegria para mim o convite que recebi do presidente Lula e também do meu amigo Fernando Haddad (candidato do PT ao governo paulista) e a definição de onde vou atuar deverá ser tomada nos próximos dias", disse Marco Aurélio ao Estadão, sem se referir a qualquer mal-estar com Edinho. Ao que tudo indica, porém, Marco Aurélio será o coordenador da campanha de Lula em São Paulo.

O presidente do PT não quis se manifestar sobre as divergências. Aliados de Edinho atribuem as estocadas à coordenação da pré-campanha a uma "ansiedade" dos que querem ajudar Lula. Observam, porém, não haver espaço para todos. Nessa toada, uma das máximas empregadas pelo próprio Lula também é usada por ali: "É no andar da carroça que as melancias se ajeitam". ●

Jornal Atos

Mateus Silva vê “estranheza” na revogação de lei da Taxa de Lixo em Caraguatatuba

Prefeitura continua sem anunciar medida após votação que aprovou anulação de cobrança, mas reforça necessidade de atender lei federal; sessão contou com adesão unânime entre vereadores

■ Nayara Francesco
Caraguatatuba

Após a aprovação, por unanimidade, da revogação da lei que define a cobrança da TMRSU (Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos), o prefeito Mateus Silva (PSD) destacou que viu “estranheza” na medida dos vereadores. A Prefeitura segue apontando que a criação da tarifa está sob legalidade, já que atende lei federal.

O prefeito usou as redes sociais para avaliar a decisão da Câmara que revogou a cobrança após discussões com a participação dos parlamentares. O texto, apresentado como substitutivo ao projeto original que previa apenas a isenção integral da cobrança da taxa, é de autoria dos vereadores Aurimar Mansano (PL), Cristian Bota (PRD), Tato Aguiar (PL), Cássia Gonçalves de Jesus (Cássia do PT) e Danster Fernandes (PV), com a coautoria dos demais

vereadores da Casa Aguiardo Butiá (PL), Antônio Carlos Junior (Podemos), Ceará da Adega, Duda Silva, Dra. Lalá (PSD), Marcelo Pereira (Agir), Maurílio Moreira (SD) e Vilma Teixeira (MDB).

“A Câmara Municipal, ‘estranhamente’, revogou essa taxa, a qual foi amplamente divulgada e discutida em três audiências públicas, construída junto com a população e com os vereadores; teve a participação de toda a Casa. Deixo claro que também sou contra em cobrar mais um tributo, mas sou obrigado a criar, de acordo com a lei federal”, frisou o chefe do Executivo, reforçando que está analisando “tecnicamente e juridicamente” o próximo passo. “Vamos manter a coerência de nosso trabalho”, finalizou.

A votação, em efeitos práticos, apontou para a derrubada da tarifa, revogando integralmente a legislação que criou o TMRSU, que já está em vigor. A revogação

da Taxa do Lixo foi votada em sessão extraordinária na sexta-feira (12). As cobranças começam na segunda-feira (22), onde serão cobrados os valores tanto à vista, quanto a primeira parcela. Aqueles que optaram pelo parcelamento pagarão a taxa até dezembro deste ano.

Com 89.698 imóveis urbanos cadastrados, Caraguatatuba tem a expectativa de arrecadar R\$ 2.771 milhões mensais aos cofres públicos com a cobrança, criada em dezembro de 2025. O valor anual da Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos tem como base de cálculo a metragem do imóvel construído, sendo a média de cobrança o valor de R\$ 0,27 por m²/mês.

Um abaixo-assinado online chegou a ser divulgado em busca de mais adesão popular pelo fim da taxa. O documento chegou a obter mais de seis mil assinaturas. Durante sessão extraordinária, vereadores chegaram a destacar a im-



O prefeito Mateus Silva avalia medida após revogação na Câmara

portância de buscar alternativas de financiamento. De acordo com o projeto, a medida também estabelece que os serviços de manejo de resíduos sólidos passem a ser financiados por outras fontes de recursos legalmente permitidas, como receitas acessórias, transferências governamentais, parcerias público-privadas e ações de racionalização de despesas. Outra discussão, prevista no projeto, é o ressarcimento dos valores recolhidos pelos contribuintes.

A proposta debateu e definiu a implantação de isenção para os proprietários que tiverem renda familiar não superior a três salários mínimos e uso do imóvel único utilizado para moradia, excluindo assim as casas de veraneio ou locação para temporada. A data para solicitar a isenção está prevista para até o dia 31 de agosto, presencialmente, na seção de gestão tributária (Tributação) da Secretaria da Fazenda de Caraguatatuba.

Em nota, a Prefeitura reiterou que a criação da cobrança da taxa é motivada “exclusivamente pelo cumprimento do Marco Legal do Saneamento Básico, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 14.026/2020”. A revogação da taxa está em avaliação do Executivo.

Jornal Atos

Campanha do Agasalho mobiliza a região por famílias no inverno

Iniciativas em Aparecida, Pindamonhangaba, Cruzeiro e Caragatatuba reforçam a importância da solidariedade durante os meses mais frios registrados no ano

■ Bruna Silva
RMVale

Com a chegada das baixas temperaturas, municípios da RMVale (Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte) intensificam as ações da Campanha do Agasalho 2026, mobilizando a população para arrecadar roupas, cobertores e itens de inverno destinados a famílias em situação de vulnerabilidade social.

Em diferentes cidades, os fundos sociais de solidariedade e prefeituras deram início às campanhas com o objetivo de garantir mais conforto, proteção e dignidade às pessoas que enfrentam dificuldades durante o período mais frio do ano.

Em Aparecida, a cam-

panha foi lançada nesta semana e segue até o próximo dia 30. As doações podem ser feitas em pontos de arrecadação instalados na Prefeitura Municipal, no Saae (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) e em agências bancárias parceiras. A expectativa é ampliar os locais de coleta ao longo da campanha para facilitar a participação dos moradores.

Em Pindamonhangaba, o lançamento oficial ocorreu no dia 3, no 2º Batalhão de Engenharia de Combate "Batalhão Borba Gato", reunindo autoridades, empresas e instituições parceiras. Além de roupas de inverno e cobertores, a campanha também arrecada itens para animais, como caminhas, cobertores, casinhas e roupinhas para pets. As doações podem ser entre-



Apresentação da campanha do agasalho em Pinda; cidades se movimentam para ampliar arrecadação

gues em diversos pontos espalhados pela cidade, incluindo órgãos públicos, empresas, escolas e entidades parceiras.

Na cidade de Cruzeiro, a Prefeitura e o Fundo Social de Solidariedade convidam a população a contribuir com agasalhos, cobertores e roupas em bom estado. Os pontos de arrecadação estão distribuídos na Prefeitura, Fundo Social, Saae, Sindicato dos Bancários e Instituto da Mulher.

No Litoral Norte, o Fundo Social de Caragatatuba promove a campanha "Doar com amor, faz bem fazer o bem", que segue até 31 de julho. A iniciativa recebe agasalhos, cobertores, calçados, meias, toucas e cachecóis em bom estado. As doações podem ser feitas na sede do Fundo Social e em mais de vinte pontos de arrecadação distribuídos por toda a cidade.

As prefeituras orientam que as peças doadas estejam limpas e em boas condições de uso, garantindo dignidade às famílias beneficiadas. A expectativa é que a união entre poder público, empresas, instituições parceiras e população fortaleça ainda mais a rede de solidariedade na RMVale durante os próximos meses.

Jornal Expressão Caiçara

Revogação da taxa do lixo gera impasse entre Poderes em Caraguatatuba

A polêmica em torno da Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (TMRSU), conhecida como taxa do lixo, ganhou um novo capítulo em Caraguatatuba e colocou Legislativo e Executivo em lados opostos de um dos debates mais sensíveis do ano. A Câmara Municipal aprovou por unanimidade a revogação da lei que criou a cobrança, enquanto a Prefeitura sustenta que a medida foi adotada para atender exigências do Marco Legal do Saneamento e garantir a sustentabilidade financeira dos serviços de limpeza urbana.

A decisão foi tomada durante a 2ª Sessão Extraordinária realizada na noite de sexta-feira (12), quando os vereadores aprovaram o Substituto ao Projeto de Lei Complementar nº 09/2026. O texto revoga integralmente a Lei Municipal nº 2.815, de dezembro de 2025, responsável pela instituição da taxa no município.

O substitutivo foi apresentado pelos vereadores Aurimar Mansano, Cristian Bota, Renato Leite Carrijo de Aguiar (Tato Aguiar), Cássia Gonçalves de Jesus (Cássia do PT) e Danster Fernandes da Casa. Com isso, a proposta original, que previa a isenção integral da cobrança, deixou de ser apreciada pelo plenário.

Além de extinguir a taxa, o projeto aprovado determina que os serviços de manejo de resíduos sólidos sejam custeados por outras fontes legalmente permitidas, como transferências governamentais, receitas acessórias, parcerias público-privadas e ações de racionalização de despesas. O texto também prevê o ressarcimento dos valores já pagos pelos contribuintes, mediante requerimento administrativo e comprovação do pagamento.

Durante a votação, vereadores defenderam que a medida atende ao desejo da população e buscaram demonstrar que é possível manter os serviços públicos sem repassar novos custos aos moradores.



Prefeitura sustenta exigência federal

A Prefeitura de Caraguatatuba, por sua vez, mantém o entendimento de que a criação da taxa decorreu do cumprimento de uma obrigação legal prevista no Novo Marco Legal do Saneamento.

Em nota oficial divulgada após a aprovação da proposta, a administração municipal afirmou que a instituição da TMRSU “não é fruto de vontade arbitrária do Executivo”, mas resultado da necessidade de assegurar a prestação contínua e sustentável de um serviço público essencial.

Segundo a Prefeitura, a Lei Federal nº 14.026/2020, que alterou o Marco Legal do Saneamento, exige dos municípios mecanismos capazes de garantir a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

O governo municipal também ressaltou que adotou medidas para reduzir o impacto da cobrança, entre elas a regulamentação da isenção para famílias em situação de vulnerabilidade social e a ampliação dos canais de atendimento para orientação da população.

Apesar do posicionamento já conhecido sobre a taxa, a Prefeitura informou que não fará qualquer manifestação sobre a proposta aprovada até que o projeto seja formalmente recebido e submetido à análise jurídica.

“Somente após a conclusão dessa avaliação será possível qualquer manifestação ou decisão oficial do Poder Executivo sobre o conteúdo da proposta”, informou a administração municipal.

Posicionamento do prefeito

Em vídeo publicado após o crescimento das discussões sobre a TMRSU, o chefe do Executivo afirmou que a taxa está relacionada às exigências impostas pela legislação federal e destacou que a Prefeitura buscou criar mecanismos de proteção para famílias de baixa renda.

A manifestação reforçou a linha adotada pela administração municipal desde o início do debate: a de que a cobrança não surgiu por decisão política isolada da Prefeitura, mas como instrumento para atender exigências legais e preservar o equilíbrio financeiro dos serviços públicos relacionados à coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos. Além disso, reforça que se as exigências não forem atendidas, podem acarretar problemas para a prefeitura e ao próprio prefeito, como perda de verbas públicas e gerar renúncia de receita, o que pode acarretar em reprovação de contas pelo Tribunal de Contas do Estado e render ação de improbidade administrativa ao gestor do município.

A taxa em outras cidades

A controvérsia registrada em Caraguatatuba não é um caso isolado. Em diversos municípios brasileiros, a implantação da chamada taxa do lixo tem provocado embates políticos semelhantes.

Um dos exemplos mais recentes ocorreu em Goiânia. Após a Câmara Municipal aprovar a revogação da cobrança, o prefeito Sandro Mabel anunciou que pretende vetar a medida. O argumento utilizado foi o de que a extinção da taxa sem uma fonte de compensação financeira poderia gerar questionamentos jurídicos e até responsabilização dos agentes públicos envolvidos na decisão.

Casos semelhantes também têm sido discutidos em tribunais, órgãos de controle e entidades ligadas ao saneamento, especialmente após a entrada em vigor do Novo Marco Legal.

O que dizem especialistas

Especialistas em direito público, gestão fiscal e saneamento costumam

destacar que a legislação federal não determina obrigatoriamente a criação de uma taxa específica para financiar os serviços de resíduos sólidos. No entanto, exige que os municípios demonstrem como irão garantir a sustentabilidade econômica dessas atividades.

Na prática, isso significa que a simples revogação da cobrança não encerra o problema. O município precisa comprovar de onde virão os recursos necessários para custear a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos.

É justamente esse um dos pontos que deverá ser analisado pelos órgãos jurídicos da Prefeitura antes de qualquer decisão sobre o projeto aprovado pela Câmara.

Próximos passos

Com a aprovação unânime no Legislativo, a proposta segue agora para o Executivo. Após receber formalmente o texto, a Prefeitura poderá sancionar ou vetar o projeto, total ou parcialmente, com base nas análises técnicas e jurídicas.

Se houver veto, a matéria retorna à Câmara, que poderá mantê-lo ou derrubá-lo em nova votação.

Enquanto isso, a taxa do lixo deixa de ser apenas uma discussão tributária para se tornar um dos principais embates políticos e administrativos de 2026 em Caraguatatuba. De um lado, vereadores que defendem a revogação integral da cobrança. De outro, um governo que sustenta estar diante de uma exigência legal e fiscal imposta pela legislação federal.



Jornal Expressão Caiçara

Caraguatatuba acelera investimentos e mantém obras estratégicas em todas regiões da cidade

Caraguatatuba vive uma das maiores frentes de obras dos últimos anos, com investimentos que alcançam diferentes regiões do município e abrangem setores considerados estratégicos para o desenvolvimento da cidade. Os projetos em andamento incluem novos equipamentos públicos, melhorias na infraestrutura urbana e intervenções voltadas à ampliação dos serviços oferecidos à população.

Entre os empreendimentos de maior porte está o Centro de Convenções da Região Sul, em construção no Jardim Britânia. Com investimento superior a R\$ 10 milhões, a estrutura foi projetada para ampliar a vocação turística do município e criar novas oportunidades para a realização de eventos, feiras, congressos e encontros de negócios.

Na saúde, a construção da nova Unidade Básica de Saúde (UBS) do Porto Novo representa um dos principais investimentos em execução. A unidade deve reforçar a rede de atenção básica e ampliar a capacidade de atendimento na Região Sul, uma das áreas que mais

registram crescimento populacional em Caraguatatuba.

A educação também está entre os setores contemplados. No Jardim Mariella, a Prefeitura constrói uma nova creche com capacidade para ampliar o atendimento da educação infantil e reduzir a demanda por vagas na Região Norte.

Outra obra de destaque é o Complexo Esportivo que está sendo implantado na Avenida Geraldo Nogueira da Silva. O espaço reunirá equipamentos voltados à prática esportiva, atividades de lazer e convivência comunitária, ampliando as opções para crianças, jovens e adultos.

Além dos novos equipamentos públicos, a administração municipal mantém investimentos em infraestrutura urbana. Obras de drenagem, pavimentação e urbanização seguem em execução nos bairros Golfinhos, Mar Azul e Pontal Santa Marina, enquanto outras intervenções avançam em importantes corredores viários da cidade.

Também estão em andamento a



revitalização da Praça da Orla do Massaguçu e as melhorias na Avenida Prefeito Geraldo Nogueira da Silva, no Indaiá, projetos que buscam qualificar os espaços públicos e melhorar a mobilidade urbana.

Os investimentos fazem parte de um planejamento voltado à modernização da infraestrutura municipal e à ampliação da capacidade de atendimento dos serviços públicos. A proposta é preparar a cidade para o crescimento registrado nos últimos anos, garantindo que

a expansão urbana seja acompanhada por novos equipamentos e melhorias estruturais.

Para o prefeito Mateus Silva, as obras refletem uma visão de longo prazo para o município. "Estamos construindo uma cidade preparada para o futuro. Cada obra tem um objetivo claro: melhorar a vida das pessoas, ampliar os serviços públicos e criar condições para que Caraguatatuba continue crescendo de forma organizada e sustentável", afirmou.

Copa do Mundo movimenta turismo e comércio em Caraguatatuba

Caraguatatuba entrou definitivamente no clima da Copa do Mundo de 2026. Com a realização da FunFest no Complexo Turístico do Camaroeiro e o lançamento da Rota da Copa, a cidade aposta na combinação entre esporte, entretenimento e gastronomia para atrair moradores e visitantes durante todo o período do Mundial.

As iniciativas integram a programação especial organizada pelo município para aproveitar a visibilidade de um dos maiores eventos esportivos do planeta e estimular setores como turismo, comércio, hotelaria e alimentação.

O principal ponto de encontro dos torcedores é a FunFest Copa do Mundo 2026, instalada no Complexo Turístico do Camaroeiro. O espaço reúne transmissões dos jogos em telão, apresentações musicais, praça



de alimentação, comércio temático e atividades para toda a família.

A programação segue até 19 de julho e busca transformar o local em uma grande arena de convivência para moradores e turistas que desejam acompanhar as partidas da Seleção Brasileira e os principais confrontos da competição. Além das transmissões dos jogos, o evento conta com atrações musicais nos fins de semana e estrutura preparada para receber famílias e visitantes.

Para a administração municipal, a combinação entre FunFest e Rota da Copa reforça a estratégia de utilizar grandes eventos como ferramenta de promoção turística e desenvolvimento econômico.

A proposta é estimular moradores e turistas a circularem pelos diversos bairros da cidade durante a competição, ampliando o movimento nos estabelecimentos participantes e fortalecendo a economia local. A expectativa é que a Copa do Mundo contribua para

avaliar o fluxo de visitantes durante a temporada de inverno, beneficiando principalmente os setores de alimentação, hospedagem e entretenimento.

Paralelamente à programação do Camaroeiro, a Secretaria de Turismo lançou a Rota da Copa, iniciativa que reúne estabelecimentos de diferentes regiões da cidade preparados para transmitir os jogos do Mundial.

Participam da ação o Atlantic Burger, no Jardim Britânia; Espeticho e Esquina do Espeto, no Massaguçu; Esquina da Picanha, no Sumaré; Guará Burger & Steakhouse, no Jardim Primavera; Mar e Brasa, O Braseiro, Rock Bar, Sorveteria Sol e Neve e Tico's Burger, no Centro; Nagahashi Asian Food, no Indaiá; Quiosque da Joana, no Camaroeiro; Serramar Shopping, no Pontal Santamarina; Siena Beach Club, no Porto Novo; e Skina Chicken, na Martim de Sá.

Jornal Expressão Caiçara

Educação ambiental leva estudantes ao Parque do Juqueriquerê durante programação do Mês do Meio Ambiente



A programação do Mês do Meio Ambiente em Caraguatatuba tem aproximado estudantes da rede municipal das ações de preservação ambiental desenvolvidas no município. Na última quarta-feira (10), alunos do 6º ano da EMEF Prof. Auracy Mansano participaram de atividades educativas e de contato com a natureza no Parque Natural Municipal do Juqueriquerê.

A iniciativa reuniu práticas de educação ambiental voltadas à conscientização sobre a importância da conservação dos recursos naturais e da biodiversidade da Mata Atlântica.

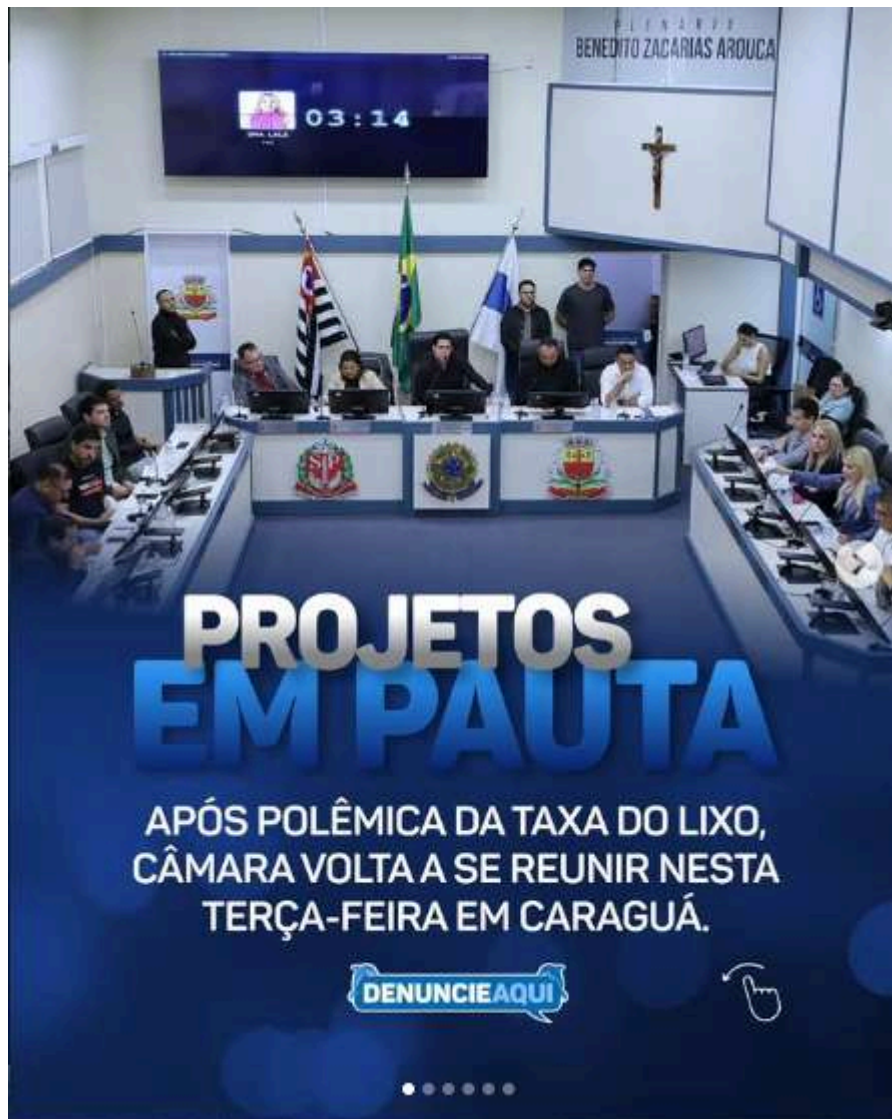
Durante a visita, os estudantes participaram do plantio de mudas de espécies nativas, entre elas embaúba, ingá, quaresmeira, arará e pitanga. A atividade permitiu que os alunos conhecessem, na prática, parte do processo de recuperação e preservação da vegetação local.

Além do plantio, os participantes visitaram as exposições mantidas no parque e ampliaram o conhecimento sobre os ecossistemas da região, a fauna e a flora nativas e o papel das unidades de conservação na proteção ambiental.


A programação incluiu ainda uma sessão do Cine Tela Verde, projeto que utiliza produções audiovisuais para estimular reflexões sobre sustentabilidade, preservação dos recursos naturais e responsabilidade coletiva na construção de um futuro mais equilibrado.

Promovidas em celebração ao Mês do Meio Ambiente, as atividades buscam despertar a consciência ambiental entre crianças e adolescentes, reforçando a importância da participação da comunidade na proteção dos ecossistemas e na adoção de práticas sustentáveis no dia a dia.

Veículos
Denuncie Aqui



Após polêmica da taxa do lixo, câmara volta a se reunir nesta terça-feira em Caraguá

 Após semanas marcadas pelo debate da Taxa do Lixo, Câmara tem sessão com pauta mais tranquila nesta terça-feira.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Câmara aprova projetos e encaminha 20 requerimentos durante 20ª sessão ordinária

A Câmara Municipal de Caraguatatuba realizou na noite desta terça-feira (16/06), a 20ª Sessão Ordinária do ano, marcada pela aprovação de dois projetos e pelo encaminhamento de 20 requerimentos voltados a demandas da população.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

Veículos

Diário Caiçara
Denuncie Aqui
Tamoios News
Fala Caragua
Ubatuba Times



Operação Inverno 2026: Caraguatatuba reforça atendimento à população em situação de rua

Com a chegada do inverno e a previsão de queda nas temperaturas, a Prefeitura de Caraguatatuba iniciou a Operação Inverno 2026. A iniciativa tem como objetivo ampliar a proteção e fortalecer o atendimento às pessoas em situação de rua durante o período mais frio do ano.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos
Diário Caiçara



Fiscalização ambiental registra 27 ocorrências na primeira quinzena de junho em Caraguatatuba

As ações de fiscalização ambiental realizadas pela Prefeitura de Caraguatatuba resultaram em 27 atendimentos em diferentes áreas do município durante a primeira quinzena de junho. As atividades foram desenvolvidas pela Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, em parceria com a Polícia Militar Ambiental..

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos
Jornal Leia
Radar Litoral
Tamoios News
Fala Caragua



Caraguá abre inscrições para curso gratuito de salgados

O Fundo Social de Caraguatatuba está com inscrições abertas para o curso gratuito de Mix de Salgados, realizado em parceria com o Instituto Gourmet. Os interessados têm até o dia 19 de junho para garantir uma das 20 vagas disponíveis.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos
Fala Caragua



Caraguatatuba divulga resultado preliminar da eleição para Conselhos Gestores de 26 unidades de saúde

Representantes de usuários e trabalhadores da saúde foram eleitos para compor os Conselhos Gestores de Unidade (CGU) da rede municipal de saúde de Caraguatatuba para o biênio 2026–2028. O resultado preliminar do processo foi divulgado na segunda-feira (15) e contempla 26 unidades e serviços de saúde do município.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Ubatuba Times



Caraguatatuba entra na reta final das pré-conferências de Saúde

Moradores de Caraguatatuba e profissionais da área da saúde participam da etapa final das pré-conferências municipais de saúde, que se encerram no dia nesta quinta-feira (18). Os encontros integram a 10ª Pré-Conferência Municipal de Saúde, fase preparatória para a conferência principal do setor, que vai reunir propostas sobre a rede pública de atendimento.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Geral

Veículos

Studio Web Rádio do Miao

Radar Litoral

Tamoios News

Noticias das Praias

TV Thati

Rock News Litoral



Polícia Ambiental apreende arma e destrói estrutura utilizada para caça ilegal em Caraguatatuba

Durante operação de combate à caça predatória no interior do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), em Caraguatatuba, a Polícia Militar Ambiental apreendeu, na terça-feira (16/6), uma arma de fogo, munições e destruiu diversas estruturas utilizadas para a captura ilegal de animais silvestres. A ação foi realizada por uma equipe do Grupo Especial de Policiamento Ambiental em Área de risco (GEPAAAR), da 3ª Companhia de Polícia Militar Ambiental, em conjunto com agentes da Fundação Florestal, durante patrulhamento tático pela Estrada da Captação da Sabesp, no bairro Rio Claro.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Tamoios News
Vale 360 News
Band Vale

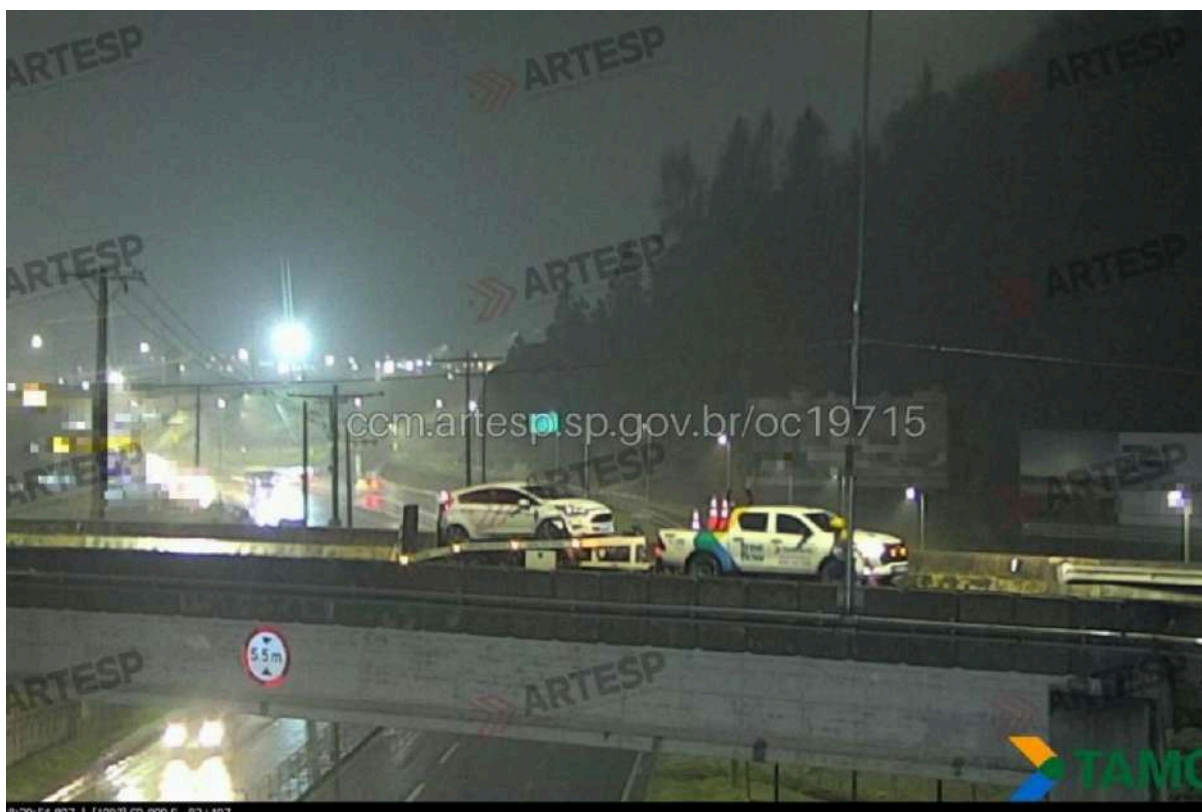


Homem é preso após agredir a própria mãe com barra de ferro em Caraguatatuba

Um homem de 32 anos foi preso em flagrante por violência doméstica na tarde de terça-feira (16), no Centro de Caraguatatuba.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
O Vale



Acidente deixa uma pessoa ferida na Rodovia dos Tamoios

Um acidente envolvendo um automóvel deixou uma pessoa ferida na Rodovia dos Tamoios, a SP-099, em Caraguatatuba.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Esporte e Turismo

Veículo

Studio Web Rádio do Miau



Inscrições abertas para a 1ª Corrida do Corpo de Bombeiros do Litoral Norte

Estão abertas as inscrições para a 1ª Corrida do Corpo de Bombeiros do Litoral Norte, que será realizada no dia 12 de julho em Caraguatatuba. O evento é aberto para civis e militares.

Leia a matéria completa [aqui](#)

Veículo
Denuncie Aqui



🎷 🍷 Caraguatatuba se prepara para quatro dias de música, gastronomia e vinhos no maior festival de inverno da região

Caraguatatuba já está em contagem regressiva para a 8ª edição do Jazz & Vinhos, um dos eventos mais aguardados do calendário turístico da cidade. Entre os dias 25 e 28 de junho, a Praça da Cultura será palco de grandes atrações nacionais, artistas locais, experiências gastronômicas e uma seleção especial de vinhos para todos os gostos.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Equipes de basquete de Caraguatatuba conquistam importantes resultados em competições estaduais

As equipes de basquete de Caraguatatuba voltaram às quadras no último fim de semana para a disputa de importantes competições estaduais, representando o município com determinação e bons desempenhos nas categorias de base.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Reportagem de Hoje

17.06.2026

Reportagem no Bom Dia Vanguarda

Pauta: Caraguá: reforma no Cemug não tem data pra terminar



Assista a reportagem completa [aqui](#)

Reportagens Passadas

16.06.2026

Reportagem no programa Link Vanguarda.

Pauta: Projeto de lei que suspende a taxa de lixo é aprovado na câmara de Caraguá



Assista a reportagem completa [aqui](#).

16.06.2026

Reportagem no programa Jornal Vanguarda

Pauta: Polícia encontra armas e armadilhas para caça em Caraguá



Assista a reportagem completa [aqui](#).

16.06.2026

Reportagem na TV Câmara

Pauta: CÂMARA DIVULGA NOVOS EDITAIS DO CONCURSO PÚBLICO



Assista a reportagem completa [aqui](#).

16.06.2026

Reportagem na TV Câmara

Pauta: IPVA EM ATRASO: MAIS DE 18 MIL VEÍCULOS DEVEM EM CARAGUATATUBA



Assista a reportagem completa [aqui](#).

16.06.2026

Reportagem na TV Câmara.

Pauta: CÂMARA APROVA PROJETOS DE LEI E ENCAMINHA VINTE REQUERIMENTOS AO EXECUTIVO EM 20ª SESSÃO ORDINÁRIA



Assista a reportagem completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

02.02.2026

Entrevista com o Presidente da Fundacc, Adba Cuba, para a TV Câmara.

Pauta: CONCURSO DE MARCHINHAS ABRE A FOLIA EM CARAGUATATUBA.



Assista à reportagem completa [aqui](#).